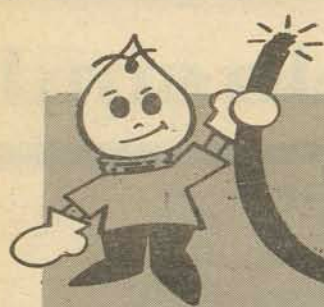




SETOR ELÉTRICO
VIOLENCIA
As punições continuam

Nº 141
11/07/91

CUT realiza seu maior congresso em Santa Catarina

4.º CONGRESSO
ESTADUAL DA CUT-SC

4.º CECUT
12 a 14 JUL
Univ. Federal de SC
UFSC
Florianópolis



O maior Congresso da CUT de Santa Catarina vai começar sexta-feira, dia 12, em Florianópolis. A abertura vai contar com a presença do presidente Nacional da Central, Jair Meneguelli, no ginásio de esportes nº 3 do campus da Universidade Federal de Santa Catarina.

Ineir Mittmann, presidente da CUT-SC acredita que a realização de um congresso com cerca de 600 delegados é reflexo do crescimento orgânico da central em Santa Catarina. Um crescimento concretizado na consolidação de 5 regionais, sendo a última, a CUT-Planalto fundada no dia 22 de junho. Mittmann afirma que a consolidação da entidade no estado se deve ao amadurecimento proporcionado pelo 3.º Congresso Nacional da entidade, que aconteceu há dois anos. "Conseguimos definir uma estratégia de crescimento, uma concepção de central e a visão de estrutura e finanças", diz Mittmann.

O Congresso estadual é parte do processo do congresso nacional que vai acontecer em setembro. Um processo, que na expectativa dos dirigentes da CUT vai mudar muito a sua cara. "Chegamos a um estágio mais avançado e já não podemos falar apenas para os trabalhadores organizados nos seus sindicatos, temos que manter um diálogo com toda a sociedade", garante Mittmann.

Ineir se refere a construção de uma central que dispute os rumos da sociedade. "Uma central sindical extrapola os limites das reivindicações de cada dia, devendo ter propostas concretas pa-

ra melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores". Por isso, ele defende que a CUT tenha propostas para educação, saúde, previdência e política econômica. Coisa que a CUT tem tentado fazer "mas sem ter a repercussão que desejamos, embora a CUT já seja uma referência para largos setores da sociedade.

O Congresso Estadual deverá redefinir rumos para o crescimento da CUT em Santa Catarina. A proposta é consolidar a entidade em várias regiões onde ela ainda não está implantada. "Já cumprimos o primeiro passo que era implantar as 5 regionais, mas ainda temos áreas descobertas que com uma estratégia bem definida para nosso crescimento brevemente terão uma estrutura sólida e articulada com as várias instâncias da CUT".

A programação do CECUT começa na sexta-feira pela manhã, com o credenciamento de delegados. À tarde, a primeira plenária que discutirá o regimento interno do Congresso. A abertura solene só acontecerá à noite. O sábado foi reservado para discussão nos 8 grupos de trabalho temático. No domingo pela manhã, serão votadas as resoluções e a tarde escolhidos os novos diretores da central no estado e os delegados ao Congresso Nacional.

O temário é composto pelos seguintes temas: balanço político e organizativo da CUT, estratégia da CUT, conjuntura nacional e regional, plano de ação, estrutura, organização e estatuto e eleições para diretores e delegados ao congresso nacional.

Celesc arrasa poder aquisitivo

Os empregados da Celesc, em outubro, vão poder comprar 67% a menos do que podiam comprar com o seu salário de um ano atrás. Se a referência foi a data-base de 89, a constatação que se chega é que o poder aquisitivo caiu 76%. Isso quer dizer que para recompor o salário de outubro de 89, como a Intersindical está encaminhando na campanha salarial, é necessário um reajuste de 393% nos salários.

Com estes números não poderias ser diferentes: a Celesc é uma das empresas do setor elétrico que tem a maior perda salarial. E ao que parece a diretoria da empresa não se importa de carregar este "título". A última proposta encaminhada à Intersindical quanto aos salários é de um abono muito modesto. Em julho, os salários seriam acrescidos de Cr\$ 31.550,00 e em agosto e setembro Cr\$ 46.550,00. Nos três meses haveria ainda um

ganho real de Cr\$ 6.430,00, em cada mês, sendo que no final de setembro haverá uma complementação que levará o ganho real a 20 mil.

A proposta da empresa não agrada a Intersindical que a considera "um avanço" apenas pelo fato de não haver uma participação efetiva da categoria no processo de negociação.

Junto com a abono a Celesc tenta fazer passar a sua proposta de pagamento da URP de fev/89. A "venda casada" é com a liquidação deste passivo de forma escalonada, em 15 faixas salariais. Propostas que mais de uma vez a Intersindical rejeitou.

As atenções da Intersindical estão voltadas para as assembleias que discutem, até o dia 12, a pauta de reivindicações da campanha salarial. Depois é esperar o dia 20, quando será elaborada a última versão da pauta em uma assembleia de base que acontecerá em Criciúma.

CELESC - SALARIO REAL E PERDA - 1990/91



ELETROSUL

Irregularidades sem resposta

Dia 7 de julho acabou o prazo que a Intersul solicitou para a Eletrosul se pronunciar sobre irregularidades, defasagens e descumprimento de acordo coletivo. A empresa não respondeu a nenhum dos itens levantados, permanecendo todos os problemas sem solução.

A carta enviada pelos sindicatos levanta a defasagem dos valores do Reembolso de Despesas Médicas, do Auxílio-Creche e Vale-Refeições, sendo que este último até foi repassado aos empregados com atraso.

Mais grave ainda são as irregularidades apontadas pela carta da Intersul. Os operadores de várias unidades do sistema estão sendo coagidos a exercerem dupla função, assumindo a função de motoristas. Os operadores do SE-Ita estão sendo pressionados a mu-

darem de residência de Chapecó, onde estão estabelecidos no mínimo há 4 anos, para Ita.

Além disso, foram retirados os serviços de vigilância e limpeza de várias subestações. O complexo termoeletrônico de Tubarão está sem médico desde o início de maio, além de ter sido retirado o ônibus que transporta os trabalhadores que atuam em Jorge Lacerda e moram em Laguna.

A Intersul levantou, também, o descumprimento do acordo coletivo 90/91 no que se refere às horas-extras e compensação em folga.

Na opinião da Intersul a omissão da Eletrosul, até o momento, é consoante com o descaso com que a atual administração vem tratando as questões dos trabalhadores.

LEITURISTAS

Empresas criam um sindicato

As empresas que agenciam os trabalhos de leituras de medidores da Celesc e Casan estão tentando articular um sindicato para representar os 500 leituristas do estado, buscando manter estes trabalhadores distantes dos sindicatos que realmente os representam, que são os de eletricitários e trabalhadores em águas e esgotos.

A situação dos leituristas é a mesma de outros tantos "contratados" que tem sua mão-de-obra locada por empresas como a Celesc e Casan. Juridicamente já está comprovado que eles têm vínculo empregatício com as empresas onde trabalham, já sendo este vínculo reconhecido em diversas sentenças judiciais.

A articulação pelo sindicato teve seu principal momento em Florianópolis, dia 3 de julho. As empresas pagaram viagem e ajuda de custos para trazer trabalhadores de todo o estado para a assembleia de fundação do sindicato. Mesmo assim, pouco mais de 30 com-

pareceram. A assembleia foi conduzida pela assessoria jurídica de confiança das empresas, contrariando todos os princípios éticos dos advogados. Os assessores também apresentaram e defenderam propostas.

O Sinergia e o Sintae (Sindicato dos trabalhadores em Águas e Saneamento) foram à assembleia pra demonstrar a série de irregularidades que estavam acontecendo. Até uma advogada das empresas admitiu que os patrões estavam pagando para levar gente ao evento. Em protesto, a maior parte dos presentes se retirou da assembleia, permanecendo apenas a assessoria jurídica e a diretoria da "entidade" que foi fundada. Os que ficaram aprovaram imediatamente um estatuto mais conservador do que o da CLT e uma pauta de reivindicações.

O Sinergia e o Sintae estão encaminhando ações judiciais para reconhecimento do vínculo empregatício dos leituristas com a Celesc e Casan.

SEM TETO

CEF "torra" terreno em Fpolis

Se lhe oferecessem um terreno de 180 mil metros quadrados, numa zona nobre, por Cr\$ 18 milhões - metade deles financiados e com juros de 12% ao ano - o que você pensaria? No mínimo, que a área em questão está em litígio, ou que estão lhe convidando para participar de alguma negociação.

Pois há três anos a Caixa Econômica Federal Santa Catarina vendeu para o grupo Kobrasol um terreno com estas dimensões e por este preço, situado na frente da Escola de Aprendiz de Marinheiros, no Estreito, Florianópolis.

Agora o Movimento Sem Teto e o vereador Vitor Schmidt querem saber por que um local onde poderiam ser instaladas mais de mil famílias acabou ficando nas mãos da iniciativa privada e de forma tão desvantajosa para os cofres públicos.

Eles também se perguntam se outra área - aquela da Cohab ocupada na semana pas-

sada por 48 famílias - que seria destinada a pessoas de baixa renda está realmente assegurada para a comunidade.

Enquanto estas perguntas são respondidas o problema das 48 famílias acampadas está sendo solucionado. Um empresário da região ofereceu um terreno, provisoriamente, em Barreiros, onde os acampados vão esperar a transferência para sua casa própria.

Com outras 530 famílias irão em dezembro para um conjunto habitacional cujas casas estão sendo construídas pelo sistema trava-blocos, em São José. Assim, a ocupação iniciada semana passada teve um final feliz. Livraram-se do grande drama do despejo, com que a Cohab as ameaçava.

Num balanço o vereador Vitor Schmidt destaca a solidariedade intensa que houve por parte da sociedade civil, "que parece estar incorporando um sentido mais humano e reage contra a ideia de violência".

NOVA PROPOSTA

Um "modelo sindical" para discutir saúde

Até outubro deste ano, alguns dos mais importantes sindicatos de Santa Catarina estarão experimentando pela primeira vez um novo modo de organização das categorias na luta por melhores condições de saúde nos ambientes de trabalho. O "modelo sindical", incentivado no Brasil pelas Comissões Intersindicais de Saúde em Ambientes de Trabalho, foi discutido em seminário no último dia 5 em Florianópolis por cerca de 60 representantes de dez entidades.

"O seminário inicia um processo histórico de luta pela saúde, fundamentado no modelo sindical", diz Dalton Nuernberg, assessor da Cisat. O "modelo sindical" que a Comissão pretende implantar na ação sindical brasileira é baseado na prática do "modelo operário", levada adiante por três centrais sindicais italianas.

Nos próximos meses, os monitores formados pelo seminário começarão a implantar, em cada local de trabalho, um processo de discussão das condições de saúde referenciado mais na observação espontânea de cada trabalhador que na prática de perícias técnicas, como se faz hoje. "A assessoria técnica permanece, mas a partir das necessidades da discussão. Antes, com as perícias, não havia envolvimento dos trabalhadores, que ficavam de braços cruzados, esperando pela ação do sindicato", diz Nuernberg.

O novo modelo prevê reuniões para valoração e definição dos principais problemas dos ambientes de trabalho. "Importa que cada trabalhador se sinta bem. O modelo sindical resgata essa subjetividade do trabalhador", diz Nuernberg. A partir dessa definição dos problemas prioritários, o modelo prevê o engajamento direto do empregado

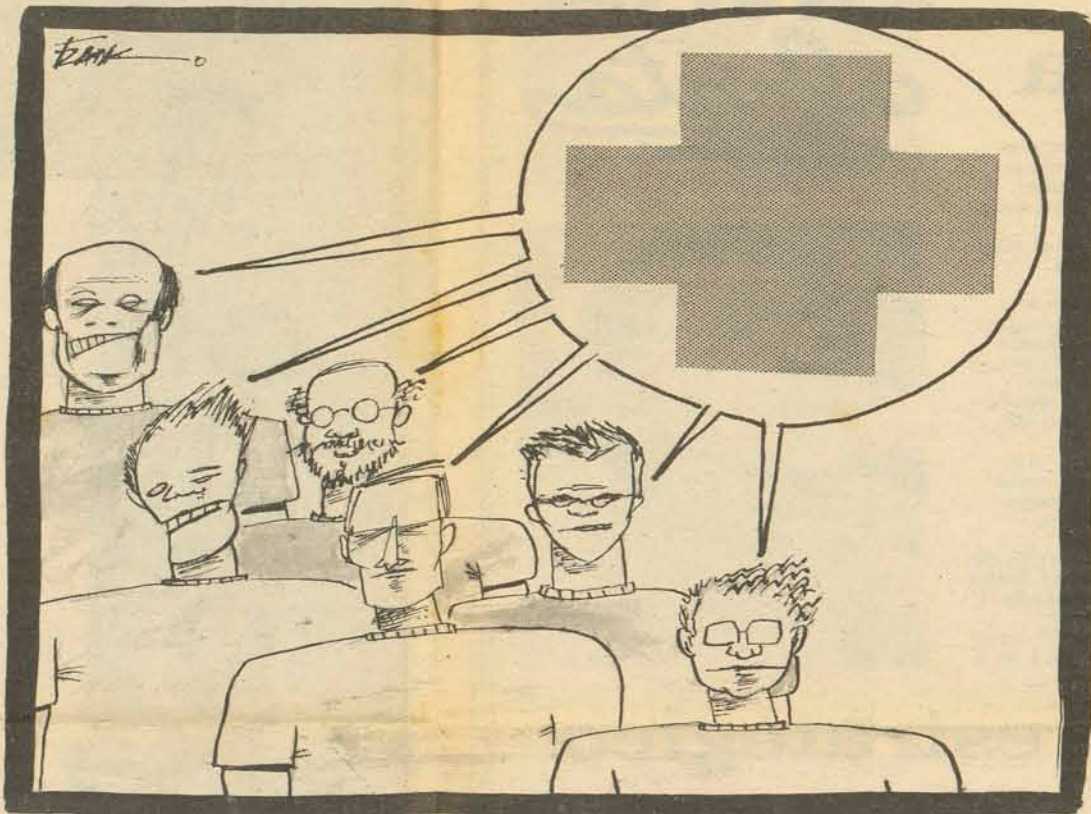
na busca das soluções, sem a tradicional delegação de poderes para os sindicatos.

Na Itália, a implantação pioneira de um modelo semelhante a esse no final dos anos 40 ampliou a tal ponto a preocupação dos trabalhadores com suas condições de saúde que provocou a realização de uma

na década de 70. A reforma, foi resultado das reivindicações das três centrais sindicais italianas, através do contrato coletivo de trabalho. A iniciativa de implantação do "modelo operário" no fim da Segunda Guerra partiu da Centrale Generale Italianni del Lavoro, e garan-

tiu à CGIL a sustentação política para o crescimento da central.

Em Santa Catarina, as primeiras discussões do modelo sindical devem acontecer até o começo de agosto. O estado é o segundo do país em número de acidentes no trabalho, atrás apenas de São Paulo. Em 1990, aconteceram 42.187 aciden-



tes, que provocaram a morte de 322 trabalhadores e a invalidez de 880, segundo a Divisão de Segurança do Trabalho da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Comunitário. Dados que, segundo Dalton Nuernberg, "não são confiáveis. Temos pesquisas que garantem que cerca de dois terços dos acidentes não são computados nas estatísticas oficiais".

A maior parte desses acidentes segundo a Cisat, é por causa de condições de trabalho deficientes. A implantação do modelo sindical pretende impedir a "monetização da saúde", com a concessão de adicionais — insalubridade, periculosidade, penosidade — para compensar condições de trabalho irregulares. A Cisat reivindica a incorporação desses adicionais ao salário e a regularização das condições de trabalho: "Resolver os problemas do ambiente e não encher o indivíduo com tantos aparelhos paliativos que ele nem poderia se mexer", diz Nuernberg.

O modelo já tem sido experimentado em outros locais do país, especialmente nos sindicatos de metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Osasco e no sindicato dos Químicos de São Paulo. Em Santa Catarina, o calendário de implantação do modelo sindical de luta pela saúde nos ambientes de trabalho prevê reuniões de avaliação em agosto e setembro e a realização da I Semana de Saúde do Trabalhador (Semsat) de 26 a 28 de outubro para discutir essas primeiras experiências. No seminário do dia 5, participaram representantes dos sindicatos de bancários de Florianópolis e Curitiba), eletricitários, aeroviários, municipais, servidores da UFSC, trabalhadores nos Correios, na educação, em processamento de dados, e delegados sindicais do Besc e do BB.

TRIBUNA Livre

Delman Ferreira
1º Secretário da CUT Nacional

Preparar o embate

Semana passada estive em Campo Grande, MS, acompanhando e levando o apoio da Intersul e da CUT à greve dos companheiros da ENERSUL (que é resultado destas burrices administrativas que campeiam pelo Brasil Novo). Numa das reuniões com os companheiros da ELETROSUL o relato que me fizeram me deixou bastante preocupado.

"A maior estatal do sul do Brasil", "a empresa responsável pela energia de uma região vital" está hoje nas mãos de um bufão, de um fanfarrão. Senão vejamos: o fanfarrão foi a Campo Grande desafiar os empregados. Em vez de estar preocupado com questões administrativas, com desempenho, ou a qualidade dos serviços prestados ao Estado do Mato Grosso do Sul, estava preocupado apenas em se mostrar "muito macho" - só faltou dizer que tinha "aquilo" roxo. Viajou para dizer que "greve eu trato é na porrada. Vocês fizeram greve por causa de uma meia dúzia, fizeram greve para não deixar demitir ninguém. Eu demiti quase 1.000 e vocês não fizeram nada! Cadê a coragem? Cadê a greve? Façam greve que eu toco a polícia. Greve comigo é no tapa". Depois, como bom fanfarrão, virou as costas e fugiu. Disse que não tinha tempo, que tinha que viajar e fugiu do pessoal.

Já tivemos anteriormente o episódio do Sertão do Imaruim. Lá ele debochou do pessoal por não ter participado da Greve Geral.

Conto esta história não só para ridicularizar o fanfarrão, mas para chamar a atenção sobre nossa responsabilidade. Se deixarmos as coisas continuarem neste rumo seremos coniventes com a destruição da empresa (aquela mesma que, há pouco tempo, nos orgulhávamos de trabalhar).

Quem esquartejar a ELETROSUL e distribuir os pedaços à voraz "iniciativa privada", que não consegue dar um passo sem se pendurar no Estado. Tudo em nome da "modernidade".

Quero lançar um desafio. É um desafio à nossa inteligência, à nossa competência. Vamos discutir, conversar sobre o que eles estão tentando fazer à empresa. Os ocupantes de cargos de chefia costumam se considerar como "representantes da empresa". Pois bem: é exatamente aos representantes da empresa que vamos nos dirigir. Representantes da empresa representam a sociedade. É a esta que devem respeito.

Temos uma diretoria que está destruindo a empresa. Que papel desempenham os "representantes da empresa"? Assistem sua destruição, ou combatem e defendem seus interesses? Se a Diretoria prejudica a empresa, é preciso combater o prejuízo. Sabemos que há muita crítica e contestação à portas fechadas. É hora de fazer estas críticas abertamente e em conjunto.

O combate deve se dar pela competência. Não será qualquer aventureiro fanfarrão que vai desqualificar um trabalho edificado durante anos.

Quando ele desqualifica a empresa está desqualificando os profissionais que, ano atrás de ano, lutam para construir uma carreira de respeito. Gente que estuda, que desenvolve idéias e que de uma hora para outra é jogada na vala da incompetência, dos mal-intencionados.

"Os Empregados da Eletrosul Não Aceitam a Imagem de Irresponsáveis e Incompetentes". Esta é a bandeira que precisamos abraçar de imediato. É uma campanha que precisa ser desenvolvida a partir de hoje em cada área da ELETROSUL. É importante envolver os empregados nas discussões dos planos de trabalho de cada depto/divisão. Não deixar que as áreas sejam esvaziadas para posterior extinção. É necessário demonstrar a importância de cada área através de planos de trabalho eficazes e que calem a boca de quem faz discurso em defesa da empresa, mas só trabalha por sua extinção.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina que tem 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Glauco Marques. Editores: Gastão Cassel (DRTS 6166) e Marli Cristina Scamazzon. Ilustração: Franck Maia. Impressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone: (0482) 22-3866. Telex: 48-2555. Fax: 23-5596. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Lançamento em literatura revela pequena escritora

LINHA aberta



Uma pequena escritora surge dia 12, sexta-feira, no mercado de Florianópolis. É Giovana Terezinha da Silva, 11 anos, que lança "O Sonho de Juvenal", a primeira tentativa literária bem sucedida, e uma menina apaixonada pela arte.

Editado pela Papa Livro, o livro terá uma tiragem inicial de três mil exemplares, distribuídos por livrarias e bancas de revistas do Estado. Fará parte também da exposição que a editora vai levar este ano para a 43ª Feira Mundial do Livro, em Frankfurt. Metade da primeira edição foi comprada pela escola de Giovana, Colégio Bardall, para uso durante as aulas de português.

Apesar de há muito tempo sonhar em ser escritora, Giovana escreveu "O Sonho de Juvenal", quase por acaso. Ano passado, depois de uma palestra

da escritora Maria de Lourdes, quatro meninas decidiram que iriam fazer um livro. Cada uma delas deveria escrever uma história. A única que cumpriu a tarefa foi Giovana.

No início deste ano, Giovana mostrou sua história à professora de português que ficou surpreendida com a qualidade do texto e o fez chegar às mãos da editora Papa Livro que apostou, e inicia com "O Sonho de Juvenal" uma série dedicada às escolas, para fazer parte do acervo de literatura. A coleção é ilustrada com desenhos em preto e branco para as crianças colorirem.

O livro, ilustrado por Francisco Bidielli, conta uma história simples, juvenil e tem uma mensagem. "É a história de um menino que sonha em ter um arco-íris e escorregar por ele. Todo mundo diz para ele que isto

é uma loucura, mas ele acaba conseguindo", conta Giovana. Segundo ela, a história quer passar para as outras crianças uma lição: "todos devem acreditar em seus sonhos e não deixar que os chamem de loucura".

Apesar de levar a sério seu sonho de ser escritora, Giovana diz que ficou surpresa quando soube da possibilidade de editar sua história. Mas, o espanto durou pouco. Agora, com apoio dos pais - a menina é filha de Edson Paulo da Silva, funcionário da Eletrosul - ela está começando a redigir uma nova história, desta vez sobre meio ambiente, "uma coisa muito séria".

O lançamento do "O Sonho de Juvenal" acontece na sexta-feira pela manhã no Colégio Bardall e à noite na sede do Clube Recreativo 6 de Janeiro. O livro tem 12 páginas e custa Cr\$ 1 mil.

Sindicato faz planejamento estratégico

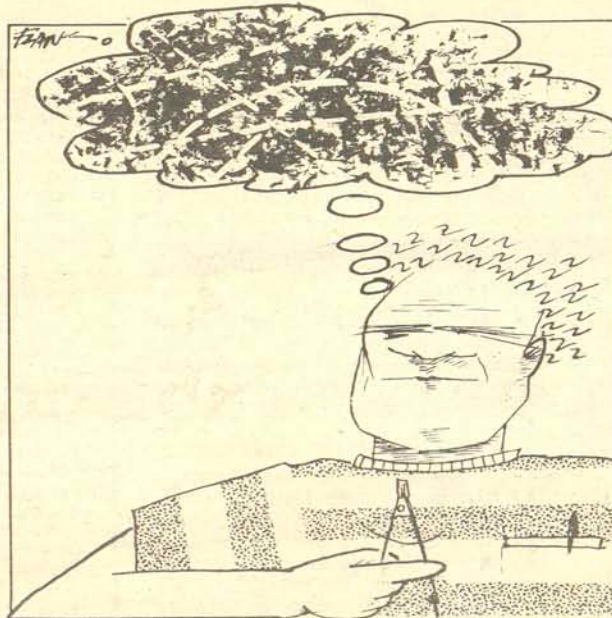
Qualquer tipo de organização que tenha algum grau de governabilidade sobre a sociedade precisa se orientar através de um planejamento, senão acaba agindo a reboque dos fatos. Sindicatos, associações de bairros, entidades populares, prefeituras e governos em geral são atores sociais que enfrentam problemas complexos.

No início de 1990, o Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis, sentindo necessidade de não agir somente de acordo com as solicitações, e procurando hierarquizar seus problemas, elaborou um planejamento convencional que ao final foi considerado limitado. Na procura por uma melhor forma de planificar suas ações acabou descobrindo a existência de um método — o MAPP (Método Altadir de Planificação Popular) que atende a estas necessidades. Ele começou a ser implantado no início deste ano e os primeiros resultados já podem ser sentidos.

O método da fundação venezuelana Altadir foi pensado a partir das críticas de Carlos Matus, ex-ministro de economia do Chile, na época de Allende, fez ao planejamento proposto pela Cepal e que viu ser aplicado em Cuba e no próprio Chile. Estas críticas se traduziram num método que tem aplicação simplificada para organizações de base da sociedade.

Três pontos principais distinguem o método. O primeiro é o conceito de diagnóstico que é trocado ou substituído por situação.

Nos procedimentos tradicionais existe um planejador, que é um elemento que se diz neutro e que examina a realidade e faz um diagnóstico do que seria correto. Segundo o MAPP, cada ator social tem uma visão particular do que é a sociedade porque está em determinada situação. Por exemplo, numa greve, empresários e sindi-



catos têm sua maneira de ver a situação, pois a olham de maneira diferente.

A partir disto surge o segundo ponto do método que dita: "quem planeja é quem governa". A separação entre o técnico que planeja e o político que executa é uma falsa dissociação. Os governantes têm que dar respostas aos problemas políticos e técnicos. Por exemplo, no caso

de um porto com problemas a solução ditada pelos técnicos é da demissão de 5 mil empregados. Ela é apresentada ao governante, que pergunta o que fará com estas 5 mil pessoas. Os técnicos não se preocupam com isto.

O terceiro ponto diz respeito ao campo de ação. Mas, é preciso estabelecer prioridades. Hierarquizar os problemas e a partir daí fazer o planejamento de ações, tendo como base a situação desejada. Esta é confrontada com a situação problema e desta comparação ficam estabelecidas as ações que devem ser desenvolvidas para se atingir os objetivos desejados.

Com a adoção do MAPP o sindicato acredita ter dado mais um passo no profissionalismo e se distanciado do empirismo. Entre os pontos-chaves a serem planejados foram escolhidos a concepção e prática sindical, a relação do sindicato com a sociedade, a formação sindical, gerência administrativa da entidade e organização do local de trabalho. Uma série de atividades já foram desenvolvidas incluindo cursos, debates. Estas atividades estão alterando a própria linha de trabalho da entidade.

Mauro Guimarães Passos, presidente do sindicato, explica que nestes primeiros meses de aplicação do método foram definidas prioridades, entre elas, uma maior aproximação com a base é a distribuição de tarefas. "Estamos buscando uma forma mais racional e técnica de gerir a entidade. Os resultados começarão a surgir. Sem dúvida estamos sendo beneficiados, a curto prazo, pela auto-regulamentação. Ao reconhecer nossas carências e ao buscar corrigi-las estamos buscando nos atualizarmos e estar preparados para atender com mais eficácia as dificuldades que surgirão".